

**Medalha da Defesa Nacional Minnesota**

Coronel Francisco Manuel Duarte de Brito Antunes.

**Grã-Cruz da Ordem de Mérito Militar com distintivo branco de Espanha**

Major-general Victor Manuel Pinto Ferreira.

**Cruz da Ordem de Mérito Militar com distintivo branco de Espanha**

Coronel Manuel Mateus Costa da Silva Couto.

**Medalha da Indiana Commendation**

Tenente-coronel Carlos Alberto Lopes Beleza.

3 de Julho de 2007. — O Secretário-Geral das Ordens, *Arnaldo Pereira Coutinho*.**PARTE C**
**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
**Despacho n.º 16 692/2007**

A crescente importância do papel de Portugal na cena internacional arrasta consigo relevantes compromissos para a sua política externa, implicando um reforço constante da actividade das missões diplomáticas e postos consulares, gerador de necessidades de admissão de pessoal que não podem ser satisfeitas através de nomeação ou de contrato a qualquer título, nem através dos instrumentos de mobilidade previstos na lei e que justificam a adopção de uma medida de descongelamento excepcional, desbloqueando os lugares indispensáveis.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, e atento o disposto no n.º 11 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, de 18 de Maio:

Determina-se que, a título excepcional:

1 — Seja descongelada para o Ministério dos Negócios Estrangeiros a admissão, em regime de contratação a termo resolutivo, pelo período de seis meses, para os lugares previstos no mapa anexo ao presente despacho.

2 — A utilização da quota de descongelamento fica dependente da existência de cobertura orçamental.

26 de Junho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

## MAPA ANEXO

**Descongelamento excepcional para o Ministério  
dos Negócios Estrangeiros**

Grupo de pessoal	Número de lugares
Pessoal dos serviços externos — quadro único de contratação (categorias de motorista e de auxiliar administrativo em regime de contratação a termo resolutivo) .....	02
<i>Total</i> .....	02

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
E MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**
**Despacho n.º 16 693/2007**

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de Abril, procedeu-se à reestruturação do Instituto dos Mercados de Obras Públicas e Particulares e do Imobiliário, I. P. (IMOPPI, I. P.), a qual envolveu, além da sua redenominação para Instituto da Cons-

trução e do Imobiliário, I. P. (InCI, I. P.), a redefinição organizacional das estruturas e dos recursos, bem como da sua missão e atribuições.

O referido decreto-lei deu, ainda, satisfação ao previsto na lei quadro dos institutos públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, ao definir a nova designação e poderes do órgão conselho directivo.

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 210/2006, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a reorganização do InCI, I. P., produziu os seus efeitos na data de entrada em vigor do respectivo diploma orgânico, isto é, dia 1 de Maio de 2007. Considerando que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a comissão de serviço cessa com a reorganização da unidade orgânica, salvo se for expressamente mantida no cargo de dirigente do mesmo nível que lhe suceda, torna-se necessária a emissão de um despacho que mantenha as comissões de serviço dos membros do conselho de administração do antigo IMOPPI, I. P., redenominado InCI, I. P., até ao final do respectivo mandato, em 2009, agora como membros do conselho directivo do referido InCI, I. P. A manutenção das referidas comissões de serviço justifica-se pela competência e dedicação demonstradas no desempenho do mandato exercido previamente no conselho de administração do IMOPPI, I. P., bem como na larga experiência profissional aí adquirida.

Atento o exposto, e ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e subsidiariamente aplicável ao caso vertente, nos artigos 19.º e 20.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, e no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de Abril, determina-se o seguinte:

1 — Manter a comissão de serviço do engenheiro Hipólito António Pinto Ponce de Leão no cargo de presidente do conselho directivo do InCI, I. P., anteriormente denominado IMOPPI, I. P.

2 — Manter a comissão de serviço do licenciado Filipe António Alves Silva no cargo de vogal do conselho directivo do InCI, I. P., anteriormente denominado IMOPPI, I. P.

3 — Manter a comissão de serviço da licenciada Cláudia Alexandra Pereira Assis de Almeida no cargo de vogal do conselho directivo do InCI, I. P., anteriormente denominado IMOPPI, I. P.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data de entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 144/2007, de 27 de Abril.

5 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
E MINISTÉRIO DA SAÚDE**
**Despacho n.º 16 694/2007**

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Saúde, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º e no n.º 1 do artigo 20.º da Lei Quadro dos Institutos Públicos, republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, é nomeado, em comissão de serviço, para exercer as funções de presidente do conselho directivo da Admi-

nistração Regional de Saúde do Centro, I. P., o licenciado João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Maio de 2007.

5 de Julho de 2007. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

## ANEXO

**Sinopse curricular**

João Pedro Travassos de Carvalho Pimentel, nascido na freguesia e concelho de Arganil, em 21 de Junho de 1957. Casado, pai de duas filhas.

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, tendo concluído o curso em 24 de Outubro de 1981. Inscrito na Ordem dos Médicos com o n.º 25 506.

Especialista em Saúde Pública desde 9 de Maio de 1989, pertencendo ao Colégio da Especialidade de Saúde Pública da Ordem dos Médicos desde 26 de Novembro de 1993.

Autoridade sanitária efectiva do concelho de Penalva do Castelo desde 20 de Junho de 1990 até 15 de Abril de 1993, altura em que é transferido para o Centro de Saúde de Carregal do Sal, onde exerceu as mesmas funções, tendo sido nomeado delegado de saúde concelhio em 1 de Agosto de 1994.

Exerceu também as funções de Autoridade de Saúde substituta do distrito de Viseu, com nomeação em 13 de Julho de 1992.

Foi coordenador concelhio das equipas de vacinação, saúde escolar, desabituação tabágica e prevenção e luta contra a tuberculose no Centro de Saúde de Carregal do Sal.

Obteve o grau de consultor da carreira médica de saúde pública em 22 de Julho de 1996, tendo sido nomeado chefe de serviço da carreira médica de saúde pública no Centro de Saúde da Lousã em 22 de Maio de 2005, na sequência de concurso de provimento.

Participou em júris de concurso da carreira médica de saúde pública e foi orientador de um interno do internato complementar de saúde pública.

Em 10 de Janeiro de 1994, foi nomeado director do Centro de Saúde de Carregal do Sal, cargo que exerceu até 5 de Junho de 2005. Foi representante do Centro de Saúde de Carregal do Sal na estrutura concelhia do rendimento social de inserção. Pertenceu igualmente à comissão de protecção de acompanhamento de jovens em risco deste concelho e ao conselho municipal de educação.

Por inerência de funções, foi também membro da direcção da Fundação José Nunes Martins, de Oliveira do Conde, tendo sido designado, pelo respectivo presidente, seu substituto legal.

Em 6 de Junho de 2005, foi nomeado, pelo despacho n.º 97/2005, do Ministro da Saúde, vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro.

Em 30 de Novembro de 2006, foi nomeado, pelo despacho n.º 26 201/2006, do Primeiro-Ministro e do Ministro da Saúde, vice-presidente do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Direcção-Geral dos Impostos****Aviso (extracto) n.º 13 742/2007**

Por despacho do director-geral dos Impostos de 23 de Maio de 2007, proferido nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 366/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 237/2004, de 18 de Dezembro, foi autorizada a renovação e constituição das equipas de trabalho e designados os respectivos coordenadores, no âmbito da inspecção tributária e justiça tributária a seguir mencionados:

**Direcção de Finanças de Santarém**

Área funcional	Nome da equipa	Número de elementos da equipa	Funcionários designados para a chefia de equipa	Categoria	Período de duração	
					Início	Fim
Divisão de Inspeção Tributária I.	Equipa 11	7	Olga Maria Caramelo Cruz	ITP	1-1-2007	31-1-2007
	Equipa 12	7	José Manuel Suspiro Pedro Silva	ITP	1-1-2007	31-1-2007
	Equipa 13	11	Maria Antónia Jesus Ferreira Graça	ITP	1-1-2007	31-1-2007
Divisão de Inspeção Tributária II.	Equipa 21	8	Maria Cristina Silva Carmo	ITP	1-1-2007	31-1-2007
	Equipa 22	10	Maria Madalena Pereira Bastos	ITP	1-1-2007	31-1-2007
	Equipa 23	9	Nelson Manuel Lopes Seco	ITP	1-1-2207	31-1-2007
	Equipa 25	11	Armando Jorge Dias Gonçalves Esteves	IT2	1-1-2007	31-1-2007
	Equipa A	5	Rosinda Nogueira Mouzinho	IT2	1-1-2007	31-1-2007
Serviço de Apoio à Inspeção Tributária III.						
Divisão de Justiça Tributária	Equipa Acompa. Dívida Executiva.	6	Maria Eugénia Catarino Duarte Rosa	TAT2	1-1-2007	31-1-2007

24 de Maio de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

**Aviso (extracto) n.º 13 743/2007**

Por despacho do director-geral dos Impostos de 23 de Maio de 2007, proferido nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 366/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º

do Decreto-Lei n.º 237/2004, de 18 de Dezembro, foi autorizada a renovação e constituição das equipas de trabalho e designados os respectivos coordenadores, no âmbito da inspecção tributária e justiça tributária a seguir mencionados:

**Direcção de Finanças do Porto****Inspeção tributária**

Área Nome da equipa	Número de elementos — Equipa	Funcionários designados para chefia	Categoria	Período de duração	
				Início	Fim
6010-10	4	Manuel Ventura Carneiro Moreira Silva	TEAP	1-1-2007	31-12-2007
6020-20	3	Fernando Manuel Ferreira Almeida	ITP	1-1-2007	31-12-2007
6110-10	5	Fernando Jorge Moreira Rosas Belém	TEA	1-1-2007	31-12-2007
6120-20	18	Nuno Monteiro Miranda	TATP	1-1-2007	31-12-2007
6130-30	7	José Emanuel Marçal Moura Constantino	IT, nível 2	1-1-2007	31-12-2007
6140-40	7	Vasco Maia Costa Rodrigues	ITP	1-1-2007	31-12-2007
6151-51	6	Isabel Souto Paiva	ITP	1-1-2007	31-12-2007